



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

89
80

Embargos de declaração na apelação nº 204969-4 – Comarca do Cabo de Santo Agostinho

Embargante: Município do Cabo de Santo Agostinho.

Embargado: SESI.

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO. ERRO MATERIAL RECONHECIDO DE OFÍCIO. CORREÇÃO DEVIDA. ADEQUAÇÃO DA INCIDÊNCIA DOS JUROS DE MORA. PREQUESTIONAMENTO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. Com base no art. 463, I, do CPC, foi corrigido de ofício erro material constante do acórdão, pois na verdade foi o apelo improvido e não o integrativo, mantendo-se incólume a decisão apelada, não agravada. 2. No mais, foram acolhidos em parte os aclaratórios para explicitar que os juros de mora incidirão no percentual de 0,5% ao mês, a partir da MP nº 2.180-35/2001 até o advento da Lei nº 11.960, de 30/6/2009, que deu nova redação ao referido art. 1º-F da Lei nº 9.494/1997, e percentual estabelecido para a caderneta de poupança, a partir da Lei nº 11.960/2009, não se considerando violado o contido no art. 333, I, do CPC, vez que resta claro na decisão embargada que o embargado fez prova material da prestação dos serviços referenciados à municipalidade embargante, à qual é que caberia fazer prova desconstitutiva do alegado débito executado, a fazer incidir, na espécie, o regramento do art. 333, II, do CPC. 3. Precedentes citados do STJ. 4. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de embargos de declaração na apelação nº 204969-4, acima referenciados, ACORDAM os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, em sessão desta data e à unanimidade, em dar-lhe provimento parcial, nos termos da ementa supra, do voto e da resenha em anexo, que fazem parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 21 de março de 2013

Des. Ricardo Paes Barreto – Presidente e relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

90
20

Embargos de declaração na apelação nº 204969-4 – Comarca do Cabo de Santo Agostinho

Embargante: Município do Cabo de Santo Agostinho.

Embargado: SESI.

RELATÓRIO

Cuidam-se de embargos de declaração diante de acórdão de minha lavra assim lançado nos autos do apelo originário assim ementado:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. NÃO PAGAMENTO DAS CONTRA-PRESTAÇÕES EM TEMPO OPORTUNO. CABIMENTO DA EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. ART. 730, DO CPC. À UNANIMIDADE DE VOTOS, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO. 1. Cabe à municipalidade apelante apontar vícios capazes de macular a cópia do contrato, na linha da Súmula nº 65 deste sodalício, bem como juntar aos autos prova material incontroversa, ou indício de prova visando abertura de dilação probatória, no sentido de que os serviços não foram prestados, para que pudesse socorrer dos benefícios do art. 614, III, do CPC, ônus que lhe competia, a teor da regra ínsita do art. 333, II, do CPC. 2. Integrativo improvido, mantendo-se a incolumidade da decisão agravada. 3. Decisão unânime.

Segundo o embargante, esta decisão estaria a malferir os arts. 1º-F da Lei nº 9.494/97, relativamente à forma de incidência dos juros de mora, e 333, I, do CPC, alegando que caberia ao embargado o ônus da prova no caso concreto, dispositivos explicitamente prequestionados.

Autos conclusos após regular contraditório.

É o relatório.

VOTO

Inicialmente, com base no art. 463, I, do CPC, corrijo de ofício erro material constante do acórdão, pois na verdade foi o apelo improvido e não o integrativo, mantendo-se incólume a decisão apelada, não agravada.

No mais, e na linha de precedentes do STJ, nas condenações da fazenda pública os juros incidirão no percentual de "0,5% ao mês, a partir da MP nº 2.180-35/2001 até o advento da Lei nº 11.960, de 30/6/2009, que deu nova redação ao referido art. 1º-F da Lei nº 9.494/1997, e percentual estabelecido para a caderneta de poupança, a partir da Lei nº 11.960/2009" (confira-se EDcl no AgRg nos EDcl no REsp 1103056/RJ, T6, rel. Min. Og Fernandes, DJe de 18/12/2012).

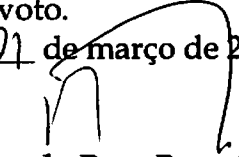
~

Quanto à arguição de vulneração da regra constante do art. 333, I, do CPC, resta claro na decisão embargada que o embargado fez prova material da prestação dos serviços referenciados à municipalidade embargante, à qual é que caberia fazer prova desconstitutiva do alegado débito executado, a fazer incidir, na espécie, o regramento do art. 333, II, do CPC. d¹
X⁰

Desse modo, acolho em parte os aclaratórios, inicialmente para fazer as correções materiais declaradas, como também para explicitar que os juros de mora incidirão no percentual de 0,5% ao mês, a partir da MP nº 2.180-35/2001 até o advento da Lei nº 11.960, de 30/6/2009, que deu nova redação ao referido art. 1º-F da Lei nº 9.494/1997, e percentual estabelecido para a caderneta de poupança, a partir da Lei nº 11.960/2009, não considerando malferido o constante do art. 333, I, do CPC.

É como voto.

Recife, 21 de março de 2013


Des. Ricardo Paes Barreto
Relator